



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO II.B

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º _____/_____

**TERMO DE CREDENCIAMENTO n.º
_____/____ DE INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS, PARA PRESTAR SERVIÇOS
DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS
ESTADUAIS, POR MEIO DA GUIA
NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE
TRIBUTOS ESTADUAIS – GNRE, QUE
ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA – SEFAZ/RJ E
_____.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Fazenda, doravante denominado **CREDENCIANTE**, representado neste ato por _____, portador da identidade inscrito no CPF/MF sob o número _____, e _____, situada na Rua _ nº, Bairro, Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CREDENCIADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua nº, Cidade, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS, POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – GNRE**, com fundamento no

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001 – 2334-4578



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

processo administrativo nº SEI-040070/000829/2022, que se regerá pelo art. 25, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Credenciamento Público nº 01/2023, aplicando-se a este contrato suas disposições, irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM BASE NO ARTIGO 25, CAPUT, DA LEI 8.666/93, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS, POR MEIO DA GUIA NACIONAL DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – GNRE**, mediante formalização de Contrato, conforme Anexo III.B – Minuta de Contrato do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Este Termo de Credenciamento tem amparo no Caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A formalização deste Termo de Credenciamento não gera direito à contratação. O início da prestação dos serviços, condiciona-se à celebração do contrato e a autorização da SEFAZ/RJ.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A instituição financeira, uma vez credenciada, se obriga a contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos do credenciamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

As condições de pagamento são aquelas definidas na Cláusula Sétima da Minuta de Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Termo Único de Credenciamento poderá ser alterado, com a devida motivação, de forma unilateral pela Administração e por acordo entre **CREDENCIANTE** e **CREDENCIADAS**, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se houver necessidade de alterações nas regras, condições e minutas, deverá ser providenciado novo credenciamento de todos os interessados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A SEFAZ/RJ poderá denunciar o credenciamento quando constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA

O prazo para o credenciamento permanecerá aberto por tempo indeterminado, e da assinatura do contrato, prestação dos serviços de arrecadação por meio da GNRE, o prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data pactuada no contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não será admitida a prorrogação do prazo de vigência do contrato, tendo em vista o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001 – 2334-4578



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

Os casos omissos serão regulados pelos preceitos do direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, c/c inciso XII, do artigo 55, ambos da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Termo de Credenciamento que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Termo de Credenciamento, firmam as partes o presente instrumento, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em _____ de _____ de _____.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA